

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.794 - SC (2018/0345804-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : H P M  
**ADVOGADO** : MAURÍCIO VIEIRA BITTENCOURT - SC009703  
**AGRAVANTE** : UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
**ADVOGADOS** : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919  
FRANCIS ALMEIDA VESSONI - SC028308  
ANA LUIZA MOMM PONSAM - SC036176  
ADRIANE ZIMMERMANN - SC036739  
VINICIUS VARGAS CAMACHO - SC040809  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação condenatória c/c indenização por danos morais, fundada na negativa de autorização para realização de procedimento cirúrgico. Indenização por danos morais mantida em R\$ 20.000,00.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência, inviabiliza a análise do dissídio. Incidência da Súmula 284/STF.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. A recusa indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Precedentes.
6. Tratando-se de valor da indenização por danos morais, inviável a análise do recurso com base em dissídio pretoriano, pois, ainda que aparentemente possa haver similitude nas características objetivas das lides cotejadas, na dimensão subjetiva, os acórdãos serão sempre distintos, em face das peculiaridades de cada ato ilícito. Precedentes.
7. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
8. Agravos em recursos especiais conhecidos. Recursos especiais não conhecidos.

## DECISÃO

Cuida-se de agravos em recursos especiais interpostos por U G F C DE T M e por H P M, contra decisão interlocutória que negou seguimento aos recursos especiais fundamentados, exclusivamente, na alínea “c” do permissivo constitucional.

**Agravos em recursos especiais interpostos em:** 26/07/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 08/01/2019.

**Ação:** condenatória c/c indenização por danos morais, ajuizada por H P M, em face de U G F C DE T M, fundada na negativa de autorização para realização de procedimento cirúrgico, na qual requereu a restituição dos valores gastos com a realização do procedimento cirúrgico e a aquisição da prótese, além de indenização por danos morais.

**Sentença:** julgou procedentes os pedidos, para condenar U G F C DE T M ao pagamento de R\$ 101.851,40, além do valor de R\$ 15.000,00 a título de danos morais. Condenou ainda ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor total da condenação.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta por U G F C DE T M e deu parcial provimento à apelação interposta por H P M, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO ORDINÁRIA C/C DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE CIRURGIA CARDÍACA DE URGÊNCIA. AUTOR QUE, EM RAZÃO DA GRAVIDADE DA DOENÇA E DA RECUSA DE COBERTURA, ARCOU COM AS DESPESAS MÉDICO- HOSPITALARES DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE MARCA -PASSO MULTISSÍLIO E CARDIODEFIBRILADOR. DEFERIDA A TUTELA ANTECIPADA E JULGADA PROCEDENTE A DEMANDA NA ORIGEM. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES.

APELO DA RÉ. NEGATIVA DE COBERTURA FUNDAMENTADA EM DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO N. 338/2013 DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. ARGUMENTO INSUBSISTENTE. INEXISTÊNCIA DE

CLÁUSULA EXCLUDENTE NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. INTERPRETAÇÃO MAIS BENÉFICA AO CONSUMIDOR (ARTS. 47 E 51 DO CDC). ACIONANTE QUE TROUXE AO FEITO ATESTADOS MÉDICOS COMPROVANDO A URGÊNCIA DE CUSTEIO DO PROCEDIMENTO E DO MATERIAL. CONDENAÇÃO AO REEMBOLSO DA QUANTIA DESPENDIDA PELO AUTOR MANTIDA. DANOS MORAIS. ABALO ANÍMICO EVIDENCIADO. MINORAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA DESCABIDA. QUANTIA QUE ATENDE AS PARTICULARIDADES DO CASO SUB JUDICE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

APELO DO AUTOR. PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL AFASTADA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE O RECORRENTE ESTEJA EM SITUAÇÃO DE RISCO. MÉRITO. PRETENDIDA A MAJORAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. INVIABILIDADE. CRITÉRIOS PUNITIVO - PEDAGÓGICO ATENDIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ELEVAÇÃO PARA 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO A FIM DE ATENDER AO DISPOSTO NO ART. 20, § 3º, DO CPC/1973. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

APELO DA RÉ CONHECIDO E DESPROVIDO.  
APELO DO AUTOR CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**Embargos de declaração:** opostos por H P M, foram parcialmente acolhidos para sanar omissão quanto à confirmação da decisão de concessão da tutela antecipada, bem como para sanar erro material, com efeitos infringentes, para majorar a verba indenizatória para o valor de R\$ 20.000,00.

**Recurso especial de U G F C DE T M:** alega haver dissídio jurisprudencial.

Aduz que foi condenada a realizar o reembolso e a reparar os danos morais, mesmo existindo expressa previsão contratual de ausência de cobertura para o procedimento cirúrgico e para os materiais requeridos. Afirma que o descontentamento decorrente de inadimplemento contratual não importaria em dano moral.

**Recurso especial de H P M:** alega haver dissídio jurisprudencial. Sustenta que o valor da indenização por danos morais fixado pelo Tribunal de

origem seria irrisório e deveria ser majorado.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

***- Julgamento: CPC/15***

**I) DO RECURSO ESPECIAL DE U G F C DE T M:**

***- Do reexame de fatos e provas***

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à inexistência de cláusula contratual prevendo expressamente a exclusão de cobertura do procedimento e à previsão contratual para cobertura de órteses e próteses (e-STJ, fl. 612), exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

***- Da divergência jurisprudencial***

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência quanto à inexistência de dano moral decorrente de inadimplemento contratual, inviabiliza a análise do dissídio. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Ademais, entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

***- Da Súmula 568/STJ***

Ainda que assim não fosse, as duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que a recusa indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico a que esteja

legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.106.509/RJ (3ª Turma, DJe de 09/10/2017) e AgInt no REsp 1.647.519/CE (4ª Turma, DJe de 13/10/2017).

Na hipótese, o Tribunal de origem entendeu que a negativa injustificada de cobertura teria causado inquestionável abalo anímico a H P M, o qual deveria ser reparado (e-STJ, fls. 616/617), em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

## **II) DO RECURSO ESPECIAL DE H P M**

### ***- Da divergência jurisprudencial quanto ao valor arbitrado a título de compensação do dano moral***

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência quanto ao valor da indenização por dano moral, inviabiliza a análise do dissídio. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Ainda que assim não fosse, as Turmas da 2ª Seção entendem que “tratando-se de valor da indenização por danos morais, inviável a análise do recurso com base em dissídio pretoriano, pois, ainda que aparentemente possa haver similitude nas características objetivas das lides cotejadas, na dimensão subjetiva, os acórdãos serão sempre distintos, em face das peculiaridades de cada ato ilícito” (AgRg no REsp n. 918.829/ES, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 16/12/2010; AgInt no AREsp 1155188/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018; AgInt no AREsp 1158356/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017; AgRg no Ag 1179405/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE

NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 13/04/2010).

Forte nessas razões, CONHEÇO dos agravos interpostos por U G F C DE T M e por H P M, e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO dos recursos especiais.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora